

**Texto n.13**

**Textos para Discussão**  
**ISSN 2447-8210**

**O impacto do  
preconceito e as  
contribuições das  
variantes linguísticas**

**unis**

**Gislene Pereira**  
**Carina Adriele**

**Grupo**  
**Educacional**

## O IMPACTO DO PRECONCEITO E AS CONTRIBUIÇÕES DAS VARIANTES LINGUÍSTICAS

### RESUMO

Este trabalho analisa a comunicação ubíqua nas estruturas organizacionais do século XXI. Tal abordagem se faz necessária, devido ao fato de que a comunicação está cada vez mais ubíqua e acessível, isso é uma grande ferramenta para qualquer estrutura organizacional, uma vez que o homem já não é mais o mesmo desde a incorporação da tecnologia ao seu dia-a-dia. O objetivo geral deste estudo é a discussão desta nova forma de comunicação dentro das estruturas organizacionais contemporâneas, analisando o profissional do século XXI e levantando as consequências da ubiquidade sob o desempenho do mesmo. Este propósito será conseguido através de revisão bibliográfica. Com isso será possível perceber a importância dessa adequação, visto que ela cria uma realidade ubíqua onde a organização não necessita de todos os seus componentes presentes em sua base física, acelerando processos, disseminando com maior rapidez e acessibilidade a informação e criando, dentro das condições atuais, uma estrutura organizacional que caminhe conforme as evoluções tecnológicas cada vez mais incorporadas na vida do homem moderno. Enfim, é interessante ressaltar que este tema merece atenção e aprofundamento, pois possui uma grande relevância.

**Palavras-chave:** *Comunicação. Tecnologia. Língua.*

### ABSTRACT

This paper analyzes the ubiquitous communication in the organizational structures of the XXI century. Such an approach is necessary, due to the fact that communication is increasingly ubiquitous and affordable, this is a great tool for any organizational structure at the time in which we live, since man is no longer the same since the incorporation technology to their day-to-day. The aim of this study is the discussion of this new form of communication within contemporary organizational structures, analyzing the professional twenty-first century and raising the consequences of ubiquity in the performance of it. This purpose will be achieved through field research and literature review. It will be possible to realize the importance of adequacy, as it creates a ubiquitous reality where the organization does not need all of its components present in its physical basis, accelerating processes, spreading with faster access to information and creating, within the conditions current, an organizational structure that walk as technological developments increasingly incorporated into the life of modern man. Finally, it is interesting to note that this issue deserves attention and further development because it has a great importance.

**Key words:** *Communication. Technology. Language.*

## 1 INTRODUÇÃO

A linguagem é a base fundamental para todas as atitudes humanas. Sem ela, a convivência entre os homens provavelmente nunca teria alcançado o patamar atual, levando a evolução da espécie a níveis bem inferiores ao recorrente. A linguagem humana se dá através das línguas desenvolvidas pelos diferentes povos, caracterizando assim a criação de conhecimentos, história, cultura. Tal qual qualquer área da existência do homem, a linguagem também tem sido transformada, decorrente de práticas de ensino contemporâneas.

A língua não é estática e pode modificar-se de acordo com o seu povo, seu tempo ou como a tratam culturalmente. Até mesmo fatores sociais, econômicos e escolaridade modificam a forma com que a mesma é tratada, necessitando-se de um cuidado ao tratar de seus estudos e abordagem. Para não haver preconceitos linguísticos, o estudioso ou indivíduo que a use precisa se conscientizar de sua pluralidade, distinção e abrangência cultural, que a modifica e a transforma.

Segundo Bagno (1997), a unidade linguística brasileira é um mito, e devido às diferenças existentes, a língua portuguesa dividiu-se em dois grupos: o português padrão, extremamente valorizado pelas pessoas que ocupam as posições superiores da pirâmide social, sendo eleita a língua “correta”, concedendo a seus adeptos todo o prestígio; e o português tido como não-padrão, desvalorizado pela sociedade, considerado como língua “errada” e “inferior”, que é adotada por pessoas incultas.

Segundo Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a linguagem precisa ser vista como uma forma de comunicação, não de discriminação. Assim, a forma com que o aluno fala ou escreve não deve ser exclusivamente proveniente da língua padrão ou culta, nem se deve impor que ele siga tais regras. O universo e passado linguístico do aluno precisa ser reconhecido e respeitado, uma vez que seu conhecimento e formas de expressão antecedem sua formação escolar.

O seguinte artigo tem a finalidade de discutir, através de pesquisa bibliográfica, os desafios do ensino da língua portuguesa, as variedades linguísticas e suas novas identidades e releituras, abordando as consequências, positivas ou não, da multiplicidade interpretativa de suas variações. A próxima seção apresenta o referencial teórico utilizado para elaboração do artigo científico.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A variedade linguística e o ensino da Língua Portuguesa**

A escola, na maioria das vezes, trata a linguagem como um conjunto de regras e sobrepuja a língua padrão às variações linguísticas, oprimindo seus educandos e calando-os. Neste ponto, a escola torna-se um local excludente, uma vez que a maior parte de seus alunos não lida diretamente com a língua padrão e adotam inúmeras variações linguísticas como suas versões corretas da língua. A escola deveria ser tratada como um âmbito de interação social, onde todos possuam acesso ao conhecimento e à informação. Quando privilegia classes dominantes, a escola contribui para a exclusão do indivíduo da sociedade em que se insere, somando ao preconceito linguístico, o preconceito social. Neves (2003, p. 68), citando Mattos e Silva, relata:

A escola não é mais do que um instrumento de reprodução da sociedade em que está inserida, como tão bem demonstram Bourdieu e Passeron (1982), e o privilégio de um padrão normativizador, segundo a variante socialmente dominante, é uma poderosa peça dessa engrenagem ideológica. (NEVES, 2003, p.68)

A variedade linguística do discente deve ser reconhecida e mantida, nunca excluída ou considerada inferior. Ao professor delimita mostrar que existe uma variedade linguística de maior prestígio social, a qual deve ser estudada para que o indivíduo seja capaz de participar ativa e criticamente em suas relações sociais, entretanto, é preciso esclarecer que esta variedade não deve substituir a variedade que cada um traz consigo. “Todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola.” (NEVES, 2003, p.94)

Apesar de reconhecer a norma não padrão, a escola deve preparar adequadamente seu aluno para que ele não se sinta marginalizado e incapaz de compreender as diretrizes exigidas em situações do dia-a-dia e possa ser socialmente incluso. Há como objetivo a formação de cidadãos participativos, críticos e capazes de expressarem opiniões e se posicionarem diante de discussões, utilizando linguagem padrão, clara e objetiva, e tais capacidades só podem ser alcançadas com êxito quando a linguagem padrão é lecionada em sala de aula. Muitos estudiosos defendem que a forma arcaica de se lecionar, quando engessada como o objetivo principal em um ensino da língua portuguesa, pode ditar a preferência do aluno por apenas entender e aprender esta vertente, mas é essencial que o professor também demonstre que a linguística existe e variações são naturais.

Segundo o Ministério da Educação em seu documento Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.31), sugere-se:

Muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é um língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produzem uma prática de mutilação cultural [...]. (BRASIL, 1998, p.2)

O docente, ao impor à sua classe o ensino tradicional, alimenta a falsa noção de que a língua portuguesa é difícil de ser assimilada, por conta de suas inúmeras regras e características. O aluno, quando exposto a este método, pode sentir-se atordoado, acuado ou desestimulado. As variações linguísticas devem ser demonstradas e exploradas, familiarizando o aluno ao ensino da língua que ele reconhece como padrão.

A linguagem, caracterizada como um fenômeno multifacetado e, ao mesmo tempo, único, é expressa de maneira diversa de usuário a usuário e em ocasiões diferentes. Não obstante, o posicionamento dos preconceituosos e dos intolerantes é semelhante e homogênea e tenta impor padrões uniformizadores à sociedade em detrimento de variáveis importantes, como o respeito pela individualidade de um sujeito. Sua evolução se resume da seguinte maneira, segundo Crochík:

O preconceito é um fenômeno conhecido há muito tempo, embora seu objeto e o seu conceito tenham variado historicamente. Assim, no passado significava o juízo fundado em experiências e em decisões anteriores, mais à frente coincidia com as verdades inatas ou com a percepção preordenada aos fatos, que possibilitavam o saber. Com o primado da razão e da experiência em conflito com os dogmas religiosos da Idade Média, os preconceitos foram adversários do conhecimento quer científico, quer filosófico, quer moral, sem que a necessidade de pré-conceitos pudesse ser eliminada da busca do conhecimento ou da orientação na vida cotidiana, pois os hábitos são fundamentais para se manter a vida e se adaptar às normas de convívio social. (CROCHIK, 2006, p.30)

O preconceito linguístico torna-se uma forma de censura, uma vez que na censura temos o bloqueio de algo que nos é possível de ser usado. Ainda a respeito disto, Orlandi (1992) descreve a censura enquanto silêncio local, manifestação mais crível da política da interdição do dizer. O preconceito linguístico tem como base a afirmação de que “não se pode falar ‘errado’”. Bagno, ao tratar do assunto, remete-o a práticas sociais dos gregos na Antiguidade:

[...] há quase 2.500 anos, associaram língua culta com escrita literária. Essa é uma tradição que começou por volta do século III a.C., entre os filósofos e filólogos gregos, quando foi criada a própria disciplina batizada de gramática, em grego, significava, na origem, ‘a arte de escrever’. [...] ao desprezar completamente a língua falada (considerada ‘caótica’, ‘ilógica’, ‘estropiada’), e também ao classificarem a mudança da língua ao longo do tempo de ‘ruína’ ou ‘decadência’ [...] Foram eles e seus seguidores, de fato, que plantaram as sementes do preconceito linguístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos (BAGNO, 2003, p. 46).

É essencial pontuar que quando se pensa o ensino e a utilização da língua nacional como um bem público, é preciso pensar sobre as práticas sociais ao longo da história e os mais variados e conclusivos processos de exclusão, de inclusão, de valorização de sujeitos pelo modo como falam.

Orlandi (1992) contrapõe que não pensa por se tratar de normas ou de regras seja em si um preconceito, uma vez que as instituições sociais com as suas vertentes são regidas por normas. Entretanto, é na diferença latente existente entre os sujeitos de uma sociedade, que as hierarquizações se constroem, que valores são delegados e, então, se criam preconceitos e atitudes de exclusão. Pode-se compreender que a maneira como as diferenças são relacionadas em um estigma social que se instaura o preconceito. A língua é parte do imaginário social e aquilo que é norma concretiza uma separação entre os cidadãos, qualificando-os ou desqualificando-os.

Ao mesmo tempo, pode haver a atribuição de um lugar ou a exclusão da convivência social qualificada, Leite defende que:

[...] a intolerância linguística passa quase despercebida pela opinião pública e não provoca sérios abalos sociais, da mesma forma que aqueles provenientes da intolerância religiosa ou política, parece nem existir. Contudo, a intolerância linguística existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas. (LEITE, 2008, p. 13)

A prática docente, na maioria das vezes, não apresenta à sala de aula as diferentes variedades linguísticas presentes no Brasil e, por tal atitude, quando algum aluno introduz uma variante, é visto com estranheza e, por vezes, chega a ser reprimido, fazendo-o pensar que a língua portuguesa é muito distante de sua realidade, tornando-a um obstáculo em sua formação. Assim, Moura traz o seguinte pensamento:

O desconhecimento ou a não observância dos diferentes usos da língua, ou das variações nos usos da língua, por parte dos professores, com relação à fala e a escrita de alunos de diferentes níveis de escolarização, especialmente em escolas públicas, pode ser apontado como uma das causas do fracasso escolar. (MOURA, 1997, p. 9)

A língua, tida como interação social, utilizada pelos alunos fora da escola deve ser valorizada, reconhecendo as diversidades de expressão, uma vez que possuímos conhecimento antes da escola. O indivíduo já utilizava em suas atividades cotidianas variações da língua e interagia em sua comunidade, conforme adaptação que seja comum a seu meio. Grande parte dos professores não parece estar preparada para essa nova tendência e extrapola em ensinamentos, sobrecarregando seus alunos com exercícios de repetição, fundamentados totalmente na gramática normativa, desconsiderando a riqueza cultural que está imersa nas variedades existentes em classe, já que o ensino escolar não deveria se limitar em formas antigas que não são utilizadas, nem mesmo por pessoas consideradas cultas.

Possenti (1998, p.17) afirma que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, para que os alunos possam utilizá-lo quando necessário. Contudo, é preciso considerar que a língua é viva e não estática, ao contrário de gramáticos que insistem em pontuar, portanto, é importante ensinar aos alunos a utilização da linguagem padrão para serem capazes de se alinhar em situações que exijam norma culta. O tipo de posicionamento condenável é aquele que se prende às gramáticas como única fonte de todo saber da língua, já que, ainda segundo o autor, os dicionários e as gramáticas são bons lugares para conhecer aspectos da língua, mas não são os únicos e podem não ser os melhores.

É praticamente impossível exigir dos alunos o mesmo domínio gramatical que os professores de português devem ter. A língua descrita na gramática tradicional é mais uma variedade linguística, logo, deve inclusive ser abordada nas aulas. Porém

a gramática normativa não pode transformar-se, ou continuar sendo, uma norteadora para o ensino de língua portuguesa. Dominar uma língua não consiste em saber analisá-la morfológica e sintaticamente somente. Para Possenti, Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. (POSSENTI, 1998, p.30)

Alguns gramáticos conservadores, como Cunha (1985) e Almeida (1971), sustentam que o ensino da gramática tradicional é fundamental para a preservação da língua portuguesa genuína, entretanto, como já citado anteriormente, a língua está em constante transformação, e como posiciona-se Possenti (1998, p.38), não há língua que permaneça uniforme, todas as línguas mudam. Na mesma linha, Bagno afirma:

Quando justificamos o ensino de gramática dizendo que é para que os alunos venham a escrever (ou ler, ou falar) melhor, estamos prometendo uma mercadoria que não podemos entregar. Os alunos percebem isso com bastante clareza talvez não possam explicitar: esse é dos fatores do descrédito da disciplina entre eles. (BAGNO, 2002, p. 63).

Outro erro comum repassado no ensino da língua portuguesa é alinhar a aprendizagem da língua portuguesa e suas normas cultas à ascensão social. Isso cria uma pressão no aluno para aprender a variante padronizada, fazendo com que o ensino seja menos prazeroso e se volte mais à obrigação e pressão em alcançar um conceito criado apenas para atribuir importância ao ensino da língua na vida escolar. Para Bagno, pode ser descrita tal como:

Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles para dominar a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade. Por outro lado, um grande fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar. (BAGNO, 2002, p. 69)

A relação do sujeito com a língua ainda é um tabu, por vezes motivo de discussões em nossa sociedade. Ainda não completamente ou suficientemente discutida, a relação íntima de usuário e língua provoca, ainda, barreiras e preconceitos desnecessários, provocando deslocamentos e impasses na constituição de uma língua que abrace seus usuários e forneça segurança.

## 2.2 O preconceito linguístico

De acordo com o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer, a história das ideias mostra que até o século XVIII, mais precisamente até o Iluminismo, o *conceito de preconceito* não tinha a conotação negativa que tem nos dias de hoje. Diz o autor: “preconceito significa um julgamento que é formulado antes que todos os elementos que determinam uma situação tenham sido examinados.” (Gadamer, 1988: 270)

‘Preconceito’, até então, não significava um falso julgamento, mas apontava, na terminologia jurídica alemã, por exemplo, que um ‘fato’ pode ter um valor positivo ou negativo. Nas línguas alemã, francesa e inglesa, o que parece é ter havido uma limitação no sentido de preconceito, em função da crítica do Iluminismo. Uma limitação que restringiu a ideia de preconceito simplesmente a um ‘julgamento infundado’. De acordo com o pensamento Iluminista, para haver dignidade em um julgamento é necessário ter havido uma base, uma justificativa metodológica. De acordo com Gadamer, “para o Iluminismo, a ausência dessa base não significa que deveria haver outros tipos de certezas, mas que o julgamento não tem fundamento nessas próprias coisas, isto é, que é infundado. Essa conclusão segue apenas no espírito do racionalismo. Essa é a razão para desacreditar os preconceitos e a razão científica, o conhecimento científico, reivindica sua exclusão por completo.” (Gadamer, 1988: 278)

Tratando-se de uma sociedade constituída por normas, especialmente quando se trata da língua, regras são ditadas e impostas àqueles que a utilizam. Sempre que um indivíduo diz algo que difira da forma da língua imposta como a forma correta, critica-se a pessoa, apontando-a como quem “não sabe falar, que aparenta nunca ter frequentado a escola”. Assim, o “saber falar” está associado à escolarização, é possível ver que:

Se as pessoas podem ser discriminadas de forma explícita (e não encoberta) com base nas capacidades linguísticas medidas no metro da gramática normativa e da língua padrão, poderia parecer que a difusão da educação em geral e do conhecimento da variedade linguística de maior prestígio em particular é um projeto altamente democrático que visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de ‘oportunidades iguais’ para todos. (GNERRE, 2009, p. 28).

Gnerre (2009, p.12) aponta que o preconceito linguístico grego exerceu o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade de prestígio. Assim, o pensamento grego de quase 2500 anos constrói ainda hoje a memória social, em enunciados em que a ideia de correção está relacionada rapidamente e diretamente à língua escrita. Pensando nesta vertente, para viabilizar uma melhor compreensão de como se desenvolve na sociedade contemporânea o imaginário de “correção” de língua, a definição do preconceito linguístico e os gestos de interpretação contidos no nosso material de análise, retoma-se, entre outras noções, a noção de memória presente nas reflexões de Orlandi. É necessário pensarmos a memória sob os seguintes dois aspectos:

- a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e
- b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo). (ORLANDI, 2007, p. 67- 68).

É entre a memória institucionalizada e os efeitos da memória constitutiva que a interpretação se faz. Desse modo, se por um lado há o congelamento de sentidos na repetição, por outro há a possibilidade do sentido vir a ser outro. Em outros termos, tomamos o arquivo como memória estabilizada, enquanto espaço em que “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito da relação de forças”. O arquivo “repousa sobre o realizado, menos o que se pode e mais sobre o que se deve ser dito. No arquivo há um efeito de fechamento, de saturação de completude”. (ORLANDI, 1996, p. 136).

Não existe homem sem língua. Ainda as pessoas com deficiências diversas tomam para si um sistema de comunicação. Quem é surdo, por exemplo, usa a linguagem de sinais. Preconceito linguístico é o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, o mais agravante, humilhante da fala do outro ou da própria fala. A maior problemática neste assunto encontra-se nas variedades mais propensas a esse tipo de preconceito, que são, comumente, aquelas possuidoras de características associadas a grupos desprivilegiados no âmbito social ou a comunidades rurais ou localizadas no interior. Isso ocorre, historicamente, pelo sentimento e pela atitude de superioridade de grupos tidos como mais privilegiados, econômica e socialmente. Bagno aponta que:

Uma última tarefa importante na identificação da Gramática Tradicional como uma ideologia, parece-me, é mostrar de que modo as ideologias conservadoras – entre as quais incluo a GT – privilegiam um discurso totalmente voltado para o passado, num processo de des-historicização desse discurso, que passa a ser, assim, uma “grande verdade” atemporal, estática, autônoma, eterna e imutável em relação à situação histórico-social que a produziu, independente das lutas sociais que o conformaram. (BAGNO, 2001, p.37).

Exercer papel preconceituoso é privar o direito de fala de milhares de pessoas que se exprimem em formas desprovidas de prestígio social. Não quero dizer com isso que não temos o direito de gostar mais, ou menos, do falar de uma região ou de outra, do falar de um grupo social ou de outro.

A Constituição brasileira rege que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Então, qualquer pessoa vítima de preconceito linguístico pode buscar a lei maior da nação para tomar as devidas providências legais, uma vez que o preconceito linguístico se configura como um tratamento desumano e degradante - uma tortura moral. Neves, aponta que:

O tratamento da gramática num espaço escolar há de respeitar a natureza da linguagem, sempre ativada para a produção de sentidos, o que se opera nesse jogo entre restrições e escolhas que equilibra o sistema. Para responder a essa necessidade de equilíbrio, a língua é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, sempre em acomodação, de tal modo que só na sua face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos. Assim, a gramática de uma língua não pode ser oferecida como camisa-de-força, primeiro mapeada para depois ser recheada de exemplos, aqueles que venham a calhar para a doutrina assentada. (NEVES, 2003, p. 85)

O que se pode afirmar é que, dentro de toda a sociedade, nenhum cidadão tem o direito de humilhar o outro pela forma de falar, nem o direito de exercer assédio linguístico. Causar constrangimento ao seu semelhante pela forma de falar é crime e deve ser legalmente e culturalmente combatido.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando a pergunta inicial, foi possível perceber o quanto a comunicação ubíqua pode transformar o meio organizacional. O foco está na comunicação entre os setores, como as atuais ferramentas de comunicação podem contribuir na troca de informação entre as estruturas organizacionais e discutir também a questão da ubiquidade no trabalho do profissional do século XXI.

Tais pesquisas realizadas permitem perceber o quanto a informação está cada vez mais acessível e ubíqua, tornando desnecessárias as barreiras de espaço ou tempo. Um profissional da era pós-humana é capaz de se adequar às variáveis de espaço, condições ou tempo, podendo acessar e repassar informações o tempo todo de qualquer lugar.

Pode-se afirmar que a estrutura organizacional tida como padrão através das teorias administrativas é o modelo mais comumente usado e há melhor embasamento teórico e referências práticas para melhor supervisão de seus processos, gerando tanto no gerente quanto no colaborador uma maior segurança. Alinhado aos modelos padrões, cada um sabe de forma mais direta o seu papel para o cumprimento do que é preciso para manter uma organização ativamente produtiva.

Por conseguinte, o não entendimento desta nova forma de administração poderia gerar a precarização do colaborador, criando no profissional a falsa impressão de que precisa trabalhar menos tempo ou com menos assiduidade por não estar fisicamente na sede. Ou ainda uma individualidade do profissional, onde, por não possuir contato físico e pessoal com outros colaboradores, o mesmo passa a se ver como uma peça autossuficiente da organização.

Enfim, é interessante ressaltar que este tema merece atenção e aprofundamento, afinal possui uma grande relevância à comunidade, principalmente para os educadores e para empresas. De maneira que entendam a importância do impacto do preconceito e as contribuições das variantes linguísticas, além de lançar bases para futuros trabalhos.

## Grupo Educativo **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Napoleão Mendes. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. Saraiva, 1971.

BAGNO, M. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e cultura. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CUNHA, Celso Ferreira. Gramática da Língua Portuguesa. FAE, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. Truth and method. 2. ed. New York: Continuum, 1988.

GNERRE, Maurício. Linguagem, escrita e poder. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOURA, Denilda. (Org). Variação e ensino. Maceió – AL: Edufal, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática ensinar na escola? São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, E.P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.

\_\_\_\_\_. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Língua e Conhecimento Linguístico. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs.). Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

\_\_\_\_\_. A língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP.: Mercado de Letras, 1998.